1. A CLASSE POLÍTICA[1]

Gaetano Mosca

Governantes e governados.

1. Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, há um cuja evidência se pode facilmente manifestar a todos: em todas as sociedades, a começar por aquelas que estão menos desenvolvidas e que apenas chegaram aos primórdios da civilização, até às mais cultas e mais fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, executa todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que lhe estão associadas; enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira de um modo mais ou menos legal, ou mais ou menos arbitrário e violento, e fornece-lhe, pelo menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político.

Na prática da vida todos reconhecemos a existência desta classe dirigente ou classe política, como de outra vez já a definimos. Sabemos de fato que, no nosso país, na direção da coisa pública está uma minoria de pessoas influentes, de quem a maioria recebe, de bom ou mau grado, a direção, e que o mesmo acontece nos países vizinhos, e não saberemos quase imaginar na realidade um mundo organizado de modo diferente, em que todos igualmente e sem qualquer hierarquia estivessem submetidos a um só ou todos igualmente dirigissem as coisas públicas. Se em teoria raciocinamos de outra maneira, isso é em parte o efeito de hábitos inveterados no nosso pensamento, e em parte é devido à excessiva importância que damos a dois fatos políticos, cuja aparência é muito superior à realidade.

O primeiro deles consiste na fácil constatação de que em cada organismo político há sempre uma pessoa que é chefe da hierarquia de toda a classe política e dirige o que se chama o timão do Estado. Esta pessoa nem sempre é aquela que legalmente teria o supremo poder, por vezes mesmo, até, ao lado do rei ou do imperador hereditário há um primeiro-ministro ou um

[1] Extraído de *Elementos de ciência política* (1896: p. 78-107)

governante que tem um poder efetivo maior do que o do soberano, ou, no lugar do presidente eletivo, governa o homem político influente, que o fez eleger. Por vezes, devido a circunstâncias especiais, em vez de uma pessoa só são duas ou três que executam a função da suprema direção.

O segundo fato é também ele de fácil percepção porque, qualquer que seja o tipo de organização social, facilmente se pode constatar que a pressão proveniente do descontentamento da massa dos governados as paixões com que é agitada podem exercer uma certa influência sobro a direção da classe política.

Mas o homem que está à frente do Estado não poderia certamente governar sem o apoio de uma classe dirigente que faz executar e respeita as suas ordens, e se ele pode fazer sentir o peso da sua pujança a um 01 a vários dos indivíduos que pertencem a esta classe, não pode certamente contradizê-la no conjunto e destruí-la. E mesmo que isso fosse possível teria que reconstruir imediatamente outra, sem o que a sua ação seria completamente anulada. Por outro lado, admitindo também que o descontentamento das massas conseguisse destronar a classe dirigente, deveria necessariamente achar-se, como melhor demonstraremos mais adiante, no seio das próprias massas, uma outra minoria organizada, que desempenhasse a função desta classe. De outra maneira, qualquer organização, qualquer estrutura social seriam destruídas.

2. O que depois constitui a verdadeira superioridade da classe paU tica, como base de pesquisas científicas, é a importância preponderam que a sua variada constituição tem na determinação do tipo político
também do grau de civilização dos diversos povos. De fato, de acordo com a maneira de classificar as formas de governo que estão ainda em voga, a Turquia e a Rússia eram, até há poucos decênios, duas monarquias absolutas, a Inglaterra e a Itália monarquias constitucionais, e a França e ú Estados Unidos eram postos na categoria de repúblicas. Esta classificação baseia-se no fato de que, nos dois primeiros países, o chefe de Estado era hereditário e era nominalmente onipotente, nos segundos, embora sendo hereditário, tinha faculdades e atribuições limitadas, e nos último' por fim, era eletivo. Mas esta classificação era evidentemente superficial.

Porque depressa se vê que é bem pouco o que há em comum na maneira

como eram dirigidas politicamente a Rússia e a Turquia, sendo muito diverso o grau de civilização destes dois países e o ordenamento das suas classes políticas. E seguindo o mesmo critério, encontraram o regime da Bélgica monárquica mais análogo ao da França republicana do que ao da Inglaterra igualmente monárquica, e importantíssimas diferenças existem entre o ordenamento político dos Estados Unidos e o da França, se bem que ambos os países sejam repúblicas.

Como há pouco aludimos, longos hábitos de pensamento se opuseram e se opõem sobre este ponto ao progresso científico. A classificação a que Iludimos, que divide os governos em monarquias absolutas, temperadas e repúblicas é obra de Montesquieu que a substituiu à clássica que já fizera Aristóteles, que as dividia em monarquias, aristocracias e democracias. Desde Políbio até Montesquieu, muitos autores aperfeiçoaram a classificação aristotélica desenvolvendo-a na teoria dos governos mistos. Depois, a corrente democrática moderna que teve o seu início com Rousseau, baseou-se no conceito que a maioria dos cidadãos de um estado pode, e deve até, participar na vida política; e a doutrina da soberania popular, apesar da ciência moderna tornar sempre mais manifesta a coexistência em todos os organismos políticos do princípio democrático, do monárquico e do aristocrático, impõe-se ainda a muitíssimas mentes. Aqui não vamos refutá-la diretamente, já que a esta tarefa nos entregaremos em todo o conjunto do nosso trabalho, e também porque é muito difícil em poucas páginas destruir na mente humana todo um sistema de idéias que nele está radicado; porque, como bem escreveu Las Casas, na vida de Cristóvão Colombo, o *desaprender* é em muitos casos mais difícil do que o *aprender.*

3. Desde já, porém, cremos ser útil responder a uma objeção, que nos parece se possa fazer facilmente ao nosso modo de ver. Se é útil compreender que um só não possa comandar uma massa sem que haja nela uma minoria que o sustente, é porém difícil admitir, como fato constante e natural, que as minorias comandem as maiorias em vez destas aquelas. Mas este é um dos pontos, como tantos outros que se dão nas outras ciências, em que a primeira aparência das coisas é contrária à sua realidade. De fato, é fatal o predomínio de uma minoria organizada, que obedece a um único impulso, sobre uma

maioria desorganizada. A força de qualquer minoria é irresistível perante cada indivíduo da maioria, que se encontra só perante a totalidade da minoria organizada; e, ao mesmo tempo, pode dizer-se que esta está organizada precisamente porque é minoria. Cem, que agem sempre concertadamente e entendidos uns com os outros, triunfarão sobre mil, tomados um a um, e sem acordo entre si; e, ao mesmo tempo, será muito mais fácil aos primeiros agir concertadamente e entenderem-se, porque são cem e não mil.

Deste fato se extrai facilmente a conseqüência que, quanto maior é uma comunidade política, tanto menor pode ser a proporção da minoria governante em relação à maioria governada e tanto mais difícil consegue esta organizar-se para reagir contra aquela.

No entanto, para além da grandíssima vantagem que vem da organização, as minorias governantes são ordinariamente constituídas de maneira que os indivíduos que as compõem se distinguem da massa dos governados por certas qualidades, que lhes dão uma superioridade material e intelectual ou também moral, ou são herdeiros dos que tinham estas qualidades: por outras palavras, esses devem ter algum requisito, verdadeiro ou aparente, que é fortemente apreciado e que muito se fez valer na sociedade em que vivem.

4. Nas sociedades primitivas, que estão ainda no primeiro estádio da sua constituição, a qualidade que mais facilmente abre o acesso à classe política ou dirigente é o valor militar. A guerra, que nas sociedades de civilização avançada pode ser encarada como um estado de exceção, pode ser considerada quase como normal nas que estão no início do seu desenvolvimento, e então os indivíduos que nela revelam melhores aptidões adquirem facilmente a supremacia sobre os outros: os mais bravos tornam-se chefes. O fato é constante, mas as modalidades que pode assumir, segundo os casos, são bastante diversas.

Ordinariamente, o domínio de uma classe guerreira sobre uma multidão pacífica costuma atribuir-se à sobreposição das raças, à conquista que um povo belicoso fez de outro relativamente medroso. Por vezes, de fato, as coisas passam-se precisamente assim: e temos exemplos disso na Índia depois das invasões dos Arianos, no império romano depois da dos povos germânicos, e no México depois da conquista azteca; mas mais vezes ainda, em certas

condições sociais, vemos formar-se uma classe guerreira e dominadora, também onde não existe traço absolutamente algum de conquista estrangeira. Enquanto uma horda vive de fato exclusivamente da caça, então todos os seus indivíduos podem facilmente transformar-se em guerreiros e haverá chefes, que terão naturalmente o predomínio na tribo, mas não se terá a formação de uma classe belicosa, que explore e tutele ao mesmo tempo outra dada ao trabalho pacífico. Mas, à medida que se vai deixando o estado venatório e se entra no agrícola e pastoril; então, juntamente com o enorme aumento da população e com a maior estabilidade dos meios de influência social, pode nascer a divisão mais ou menos nítida em duas, uma consagrada exclusivamente ao trabalho agrícola, e a outra à guerra. Se assim acontece, é inevitável que esta última adquira pouco a pouco uma preponderância tal sobre a primeira que possa oprimi-Ia impunemente.

A Polônia oferece um exemplo característico da mudança gradual da classe guerreira em classe absolutamente dominadora. Originariamente os polacos tinham aquele ordenamento rural que prevalecera entre todos os povos eslavos, nem havia entre eles distinção alguma entre guerreiros e agricultores, isto é, entre nobres e camponeses. Porém, desde que se fixaram nas grandes planícies onde correm o Vístula e o Niemen, ao começar a desenvolver-se entre eles a agricultura e continuando ao mesmo tempo a haver necessidades de guerrear contra vizinhos belicosos, os chefes das tribos ou *woiewodi* circundaram-se de um certo número de indivíduos escolhidos, que tiveram como ocupação especial a das armas. Estavam divididos pelas várias comunidades rurais, e estavam naturalmente isentos dos trabalhos agrícolas, embora recebendo a sua porção dos produtos da terra, a que tinham direito como os outros membros da comunidade. Nos primeiros tempos, a sua posição não era muito procurada, e houve exemplos de camponeses que recusavam a isenção de trabalhos agrícolas desde que não fossem combater; mas, gradualmente, como esta ordem de coisas se tornasse estável, como uma classe se habituou ao manejo das armas e aos ordenamentos militares, enquanto a outra se inclinava mais para o uso do arado e da enxada, os guerreiros tornaram-se nobres e patrões, e os camponeses, de companheiros e irmãos transformaram-se em vilões e servos. Pouco a pouco, os senhores belicosos multiplicaram as suas exigências até ao ponto de a parte que tomavam

como membros da comunidade se alargar até compreender todo o produto da própria comunidade, menos o que era absolutamente necessário para a subsistência dos cultivadores; e, quando estes tentaram fugir, foram obrigados pela força a ficar ligados à terra, assumindo assim o seu estado características de uma autêntica servidão da gleba.

Evolução análoga temos na Rússia. Aí os guerreiros que constituíam a *droujina,* isto é, o séquito dos antigos *kniaz* ou príncipes descendentes da Rürick, obtiveram também eles, para viver, uma parte do rendimento dos *mir,* ou municípios rurais dos camponeses. A pouco e pouco esta parte cresceu, e como a terra abundava e os braços faltavam, e os camponeses aproveitavam para emigrar, o czar Boris Godounof, no final do século XVI, deu o direito aos nobres de fixar pela força os camponeses nas suas terras, dando assim origem à servidão da gleba. Mas na Rússia jamais a força armada foi constituída exclusivamente por nobres: os *moujiks,* ou pequenos homens, seguiam para a guerra como gregários os membros da *droujina,* e depois, após O séc. XVI, Ivan IV, o Terrível, constituía mediante os *strelitzi* um corpo de tropas quase permanentes, que durou até que Pedro, o Grande, o substituiu por regimentos organizados segundo o tipo europeu-ocidental, nos quais os antigos membros da *droujina,* juntamente com estrangeiros, formaram o corpo de oficiais, e os *moujiks* deram todo o contingente de soldados.

Em geral, pois, em todos os povos entrados recentemente no estádio agrícola e relativamente civilizados, encontramos constante o fato de que a classe por excelência militar corresponde à classe política ou dominadora; em certas partes, até, O uso das armas permanece reservado exclusivamente a esta classe, como aconteceu na Índia e na Polônia; mais frequentemente acontece que também os membros da classe governada podem ser eventualmente alistados, mas sempre como gregários e nos corpos menos estimados. Assim, na Grécia, na época das guerras médicas, os cidadãos pertencentes às classes agiotas e influentes constituíam os corpos escolhidos dos cavaleiros hoplitas, os pobres combatiam como lanceiros e fundeiros, e os escravos, isto é, a massa dos que trabalhavam, estava quase completamente isenta do manejo das armas. Regime perfeitamente análogo encontramos na Roma republicana até à primeira guerra púnica e também até Caio Mário, entre os Gauleses na época de Júlio César, na Europa latina e germânica da Idade

Média, na Rússia já citada e em muitos outros povos.

5. Tal como Rússia e na Polônia, tal como na Índia e na Europa da Idade Média, em toda a parte as classes guerreiras e dominadoras tomaram para si a quase exclusiva propriedade das terras, que são, nos países não muito civilizados, a principal fonte de produção da riqueza. À medida, depois, que a civilização vai progredindo, o rendimento destas terras vai aumentando, e então, se não surgem outras circunstâncias, pode dar-se uma transformação social muito importante: a qualidade mais característica da classe dominante, mais que o valor militar, vem a ser a riqueza, os governantes são mais os ricos do que os fortes.

A principal condição necessária para que esta transformação se dê é a seguinte: é preciso que a organização social se aperfeiçoe de maneira que o auxílio da força pública se torne muito mais eficaz do que o da força privada. É necessário, por outras palavras, que a propriedade privada seja suficientemente tutelada pela força *prática* e *real* das leis, de modo a tornar supérflua a do próprio proprietário. Isto obtém-se mediante uma série de graduais mudanças no ordenamento social, sobre as quais nos deteremos longamente mais adiante, e que têm por efeito mudar aquele tipo de organização política que chamaremos Estado feudal noutro tipo essencialmente diverso, que será por nós chamado Estado burocrático. Mas podemos dizer desde já que a evolução a que aludimos é ordinariamente muito facilitada pelo progresso dos costumes pacíficos e de certos hábitos morais que as sociedades contraem com o progresso da civilização.

Uma vez registrada esta transformação é certo que, tal como o poder político produziu riqueza, também a riqueza produz poder. Numa sociedade já bastante madura, em que a força individual é mantida sob controlo da coletiva, se os poderosos são ordinariamente os ricos, por outro lado, basta ser rico para se tornar poderoso. E na verdade é inevitável que, quando é proibida a luta armada ficando permitida a luta econômica, os melhores postos são conquistados precisamente por aqueles que mais fornecidos estão de escudos.

Há na verdade Estados de civilização avançadíssima, que estão organizados na base de princípios morais de tal índole que parecem excluir esta preponderância da riqueza por nós enunciada. Mas este é um dos tantos casos

em que os princípios teóricos têm uma limitada aplicação na realidade das coisas. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, todos os poderes saem diretamente ou indiretamente das eleições populares, e o sufrágio é, em todos os Estados, universal; e há mais: aí a democracia não está apenas nas instituições, mas também de certo modo nos costumes, e há uma certa repugnância dos ricos em se entregaram ordinariamente à vida pública, e uma certa repugnância nos pobres em escolherem os ricos para cargos eletivos. Isto não tira que um rico seja sempre muito mais influente do que um pobre, porque pode pagar aos politicantes arruinados que dispõem da administração pública; não tira que as eleições se façam ao som de dólares; que inteiros parlamentos locais e numerosas frações do Congresso não sintam a influência das poderosas companhias ferroviárias e dos grandes barões da finança. E há até quem assegure que, em tais Estados da União, quem tenha muito para gastar possa também conceder-se o luxo de matar um homem com a quase certeza da impunidade.

Também na China, até há alguns anos, o governo, se bem que não tivesse admitido o princípio da eleição popular, estava fundado numa base essencialmente igualitária; sabe-se que os graus acadêmicos abriam o acesso aos cargos públicos, e que estes graus se conferiam por exame sem aparente relação com o nascimento ou com a riqueza. Mas se bem que a classe abastada seja na China menos numerosa, menos rica, menos prepotente, do que nos Estados Unidos da América, não é menos verdade que ela soube notavelmente atacar a leal aplicação do sistema pelo qual com base em exames se conseguiam os postos elevados na hierarquia político-administrativa. Não só se comprava muitas vezes à força de dinheiro a indulgência dos examinadores, mas por vezes o próprio governo vendia por dinheiro os diversos graus acadêmicos e permitia que chegassem aos empregos pessoas ignorantes, que por vezes subiam dos últimos estratos sociais.

Antes de deixar este assunto devemos recordar que, em todos os países do mundo, outros meios de influência social, tais como a notoriedade, a grande cultura, os conhecimentos especiais, os graus elevados nas hierarquias eclesiásticas, administrativas e militares, são muito mais facilmente adquiridos pelos ricos do que pelos pobres. Os primeiros, para chegar, têm sempre que percorrer uma via notavelmente mais breve do que a dos segundos, sem contar

que o troço de estrada que é poupado aos ricos é muitas vezes o mais áspero e difícil.

6. Nas sociedades em que as crenças religiosas têm muita força e os ministros do culto formam uma classe especial, constituiu-se quase sempre uma aristocracia sacerdotal, que obtém uma parte maior ou menor da riqueza e do poder político. Temos exemplos conspícuos deste fato em certas épocas do antigo Egito, na Índia bramânica e na Europa da Idade Média. Muitas vezes, os sacerdotes, para além de exercerem as suas funções religiosas, tiveram também conhecimentos jurídicos e científicos e representaram a classe intelectualmente mais elevada. Consciente ou inconscientemente porém, nas hierarquias sacerdotais, manifestou-se frequentemente a tendência para monopolizar os conhecimentos aludidos e para pôr obstáculos à difusão dos métodos e dos procedimentos, que tornam possível e fácil aprendê-los. Pode-se na verdade suspeitar que se deva a esta tendência, pelo menos em parte, a lentíssima difusão que no antigo Egipto teve o alfabeto demótico, infinitamente mais simples e fácil do que a escritura hieroglífica. Na Gália, os Druidas, se bem que tivessem conhecimento do alfabeto grego, não permitiam que a copiosa recolha da sua literatura sagrada fosse escrita, e obrigavam o seus alunos a decorá-la com muita dificuldade. Ao mesmo fim pode ser atribuído o uso tenaz e freqüente das línguas mortas, que encontramos na antiga Caldeia, na Índia e na Europa da Idade Média. Por vezes, enfim, como aconteceu precisamente na Índia, proibiu-se formalmente às classes inferiores terem consciência dos livros sacros.

As noções especiais e a verdadeira cultura científica, despojadas de qualquer caráter sacro e religioso, tornam-se uma força política importante apenas num estádio muito avançado de civilização; e é apenas então que elas podem abrir aos que as possuem o acesso à classe governante. Mas também neste caso deve ter-se presente que aquilo que tem valor político não é tanto a ciência em si mesma, mas as aplicações práticas que com elas se podem fazer com vantagem do público, ou do Estado. Por vezes, não se requer mais do que a simples posse dos procedimentos mecânicos indispensáveis para adquirir uma cultura superior, talvez porque é mais fácil constatar e medir a perícia que o candidato pôde neles adquirir. Assim, em certas épocas do antigo Egito, a

profissão de escriba conduzia a cargos públicos e ao poder, talvez também porque aprender a escritura hieroglífica requeria longos e pacientes estudos; como também, na China moderna, o conhecimento dos numerosíssimos caracteres da escrita chinesa formou a base da cultura dos mandarins. Na Europa do presente e na América, a classe que aplica à guerra, à administração pública, às obras e à saúde pública as invenções da ciência moderna ocupa uma posição social e politicamente distante; ou nos próprios países, como na Roma antiga, é absolutamente privilegiada a condição dos peritos jurídicos, que conhecem a complicada legislação comum a todos os povos da antiga civilização, sobretudo se às noções jurídicas se junta aquele gênero de eloqüência que mais vai de encontro ao gosto dos próprios contemporâneos.

Não faltam exemplos em que vemos que, na fração mais elevada da classe política, a longa prática da direção da organização militar e civil da comunidade faz nascer e desenvolver uma verdadeira arte do governo superior ao mesquinho empirismo e a tudo aquilo que pode sugerir apenas a experiência individual. É então que se constituem aquelas aristocracias de funcionários, tal como o Senado romano, o de Veneza, e, até certo ponto, a própria aristocracia inglesa, que formavam a admiração de Stuart Mill e que deram certamente alguns dos governos que mais se distinguiram por maturidade nos seus desígnios e constância e prudência em pô-los em prática. Esta arte não é certamente a ciência política, mas percorreu sem dúvida a aplicação de alguns dos seus postulados. Porém, se esta se afirmou de certo modo em certas classes de pessoas há longo tempo de posse de funções políticas, cremos que o seu conhecimento não tenha nunca servido como critério ordinário para lhes abrir o acesso aos que, pela sua posição social, dela estavam excluídos.

7. Em certos países encontramos castas hereditárias; a classe governante é por isso definitivamente restrita a um dado número de famílias, e o nascimento é o único critério que determina a entrada na dita classe ou a exclusão dela. Os exemplos destas aristocracias hereditárias são muito comuns, e não há quase país de antiga civilização em que a classe dirigente, por algum tempo, não tenha sido de fato mais ou menos hereditária. Encontramos com efeito uma nobreza hereditária em certos períodos da China e do Egito antigo, na Índia, na Grécia anterior às guerras médicas, na Roma

antiga, entre os Eslavos, entre os Latinos e Germanos da Idade Média, no México da época da descoberta da América, e no Japão até há poucos decênios.

Sobre este assunto devemos permitir-nos duas observações: a primeira é que todas as classes políticas têm tendência para se tornarem de fato, se não de direito, hereditárias. Com efeito, todas as forças políticas têm aquela qualidade que na física se chama força de inércia, isto é, a tendência para permanecer no ponto e no estado em que se encontram. O valor militar e a riqueza facilmente se mantêm por tradição moral e por efeito de hereditariedade em certas famílias; e a prática dos grandes cargos, o hábito e quase a aptidão para tratar os negócios de importância adquirem-se muito mais facilmente quando em pequeno se teve com eles uma certa familiaridade. Mesmo quando os graus acadêmicos, a cultura científica, as aptidões especiais provadas através de exames e de concursos abrem o acesso aos cargos públicos, não se destrói aquela vantagem especial a favor deles, vantagem que os franceses definem como vantagem de posições já adquiridas. E na realidade, embora os exames e concursos sejam teoricamente abertos a todos, falta sempre à maioria a riqueza necessária para suprir as despesas de uma longa preparação, e a muitos outros faltam as relações e os parentescos pelos quais um indivíduo é posto imediatamente no *bom caminho* e se evitam as hesitações e os erros inevitáveis quando se entra num ambiente desconhecido, em que se não têm guias nem apoios.

A segunda observação consiste nisto: quando vemos estabelecida num país uma casta hereditária que monopoliza o poder político, pode-se estar seguro de que semelhante estado de direito foi precedido pelo estado de fato. Antes de afirmar o seu direito exclusivo e hereditário ao poder, as famílias ou castas poderosas tiveram que manter bem firme nas suas mãos o bastão do comando, tiveram que monopolizar absolutamente todas as forças políticas daquela época e daquele período em que se afirmaram: de outra forma, uma pretensão deste gênero teria suscitado protestos e lutas duríssimas.

Depois disto diremos como as aristocracias hereditárias muitas vezes se gabaram de uma origem sobrenatural ou pelo menos diversa e superior à das classes governadas; tal pretensão explica-se com um fato social importantíssimo, de que deveremos falar longamente no capítulo seguinte, e

que faz que cada classe governante tenda a justificar o seu poder de fato apoiando-o num princípio moral de ordem geral. Recentemente, porém, a mesma pretensão apresentou-se com o apoio de uma bagagem científica. Alguns escritores, desenvolvendo e ampliando as teorias de Darwin, acreditaram que as classes superiores representavam um grau mais elevado da evolução social e que portanto seriam, por constituição orgânica, melhores do que as inferiores; De Gobineau, Glumplowicz e outros ainda vão mais adiante e sustentam nitidamente o conceito de que a divisão dos povos em classes profissionais se funda, nos países de civilização moderna, numa heterogeneidade étnica.

Ora são conhecidíssimas na História as qualidades como também os defeitos especiais, uns e outros muito acentuados, que têm mostrado essas aristocracias, que permaneceram perfeitamente fechadas, ou que tornaram muito difícil o acesso à sua classe. As nobrezas inglesa e alemã até há mais de meio século davam logo a idéia do tipo a que nos referimos. Mas, perante este fato e as teorias que tendem a exagerar o seu alcance, pode fazer-se sempre a mesma objeção: que os indivíduos pertencentes a estas aristocracias devem as suas qualidades especiais não tanto ao sangue que lhes corre nas veias, quanto à particularíssima educação que receberam, e que neles desenvolveu certas tendências intelectuais e morais de preferência a outras.

Diz-se que isto pode ser suficiente para explicar a superioridade nas atitudes puramente intelectuais, mas não as diferenças de caráter moral, como seriam a força de vontade, a coragem, o orgulho, a energia. Mas a verdade é que a posição social, as tradições de família, os hábitos da classe em que vivemos, contribuem para o maior ou menor desenvolvimento das qualidades referidas mais do que vulgarmente se julga. Se de fato observarmos os indivíduos que mudam de posição social, para melhor ou para pior, e que entram por conseguinte num ambiente diverso daquele a que estavam habituados, podemos facilmente aferir que as suas aptidões intelectuais se modificam muito menos sensivelmente que as morais. Abstraindo da maior largueza de vistas, que o estudo e os conhecimentos dão a quem quer que não seja absolutamente estúpido, cada indivíduo, quer permaneça como simples secretário, quer se torne ministro, quer chegue ao posto de sargento, quer ao de general, quer seja milionário ou mendigo, mantém-se infalivelmente no nível

intelectual que a natureza lhe deu. Enquanto que, mudando o grau social ou de riqueza, podemos muito bem ver o orgulhoso tornar-se humilde e o servilismo tornar-se arrogância; um caráter franco e altivo, obrigado pela necessidade, aprender a mentir ou pelo menos a dissimular; e quem por muito tempo se baixou a simular e mentir recompor-se depois, adotando franqueza e inflexibilidade de caráter. É também verdade que quem do alto é rebaixado muitas vezes adquire força de resignação, de sacrifício e de iniciativa, como também quem de baixo é elevado por vezes ganha em relação ao sentimento de justiça e de equidade. Em suma, quer se mude em bem quer em mal, deve ser excepcionalmente moderado o indivíduo que, mudando notavelmente de posição social, conserva inalterado o próprio caráter.

A coragem guerreira, a energia no ataque, a generosidade na resistência são qualidades que muitas vezes e longamente se julgaram monopólio das classe superiores. Pode certamente ser grande a diferença natural e, digamos assim, inata a que sobre estas qualidades pode existir entre um indivíduo e outro; mantendo-as porém altas ou baixas, em média, numa categoria de homens numerosa, para elas concorrem sobretudo as tradições e os hábitos do ambiente. Geralmente familiarizamo-nos com o perigo, ou melhor ainda com um dado perigo, quando as pessoas com que costumamos viver falam dele com indiferença e permanecem calmas e imperturbáveis perante ele. De fato, se bem que existam muitos montanheses tímidos, enfrentam impávidos os perigos dos abismos, tal como os marinheiros os do mar; da mesma maneira, as populações e as classes habituadas à guerra mantêm num grau elevado as virtudes militares.

E isto é tão verdade que, mesmo populações e classes sociais ordinariamente desabituadas das armas, adquirem rapidamente essas virtudes, desde que os indivíduos delas provenientes sejam incorporados em certos núcleos, onde a coragem e a audácia sejam tradicionais; desde que sejam, passe a metáfora, lançados em cadinhos humanos fortemente embebidos dos sentimentos que se lhes pretende transmitir. Maomé II recrutava os seus terríveis janizadores entre crianças principalmente roubadas entre os enfraquecidos Gregos de Bizâncio; o tão desprezado *fellah* egípcio, de há longos séculos desabituado das armas e acostumado a receber, humilde e medroso, as pauladas de todos os opressores, misturado com os turcos e

albaneses de Mehemet-Ali tornava-se um bom soldado. A nobreza francesa gozou sempre de grande fama pelo seu brilhante valor, mas, até finais do séc. XVIII, esta qualidade não era igualmente atribuída à burguesia desse mesmo país; as guerras da república e do império demonstram amplamente que a natureza era igualmente pródiga em coragem para todos os habitantes da França, e que a plebe e a burguesia podiam fornecer não só bons soldados,mas também excelentes oficiais, o que se julgava privilégio exclusivo dos nobres.

8. Enfim, aceitando a idéia daqueles que defendem a força exclusiva do princípio hereditário na classe política, chegar-se-ia a uma conseqüência semelhante à que aludimos no capítulo precedente do nosso trabalho: a história política da humanidade deveria ser muito mais simples do que é. Se a classe política pertencesse verdadeiramente a uma raça diferente, ou se as suas qualidades dominadoras se transmitissem principalmente por meio da hereditariedade orgânica, nã0 se perceberia por que é que, uma vez formada esta classe, tivesse que decair e perder o poder. Admite-se comummente que as qualidades próprias de uma raça são muito tenazes e, atendendo à teoria da evolução, as aptidões adquiridas dos pais são inatas nos filhos, e com a sucessão das gerações vão-se sempre refinando. De tal modo que os descendentes dos dominadores deveriam tornar-se sempre mais aptos para dominar, e das outras classes deveriam ver progressivamente afastada a possibilidade de se medirem com eles e de os substituir. Ora a mais vulgar experiência basta para nos tornar seguros de que as coisas não se passam precisamente assim.

Vemos que, logo que as forças políticas se deslocam, faz-se sentir a necessidade de se afirmarem na direção do Estado aptidões diversas das antigas, e se as antigas não conservam a sua importância, ou se ocorrem mudanças na sua distribuição, muda também a maneira como a classe política é formada. Se numa sociedade se forma uma nova fonte de riqueza, se cresce a importância prática do saber, se a antiga religião decai ou uma nova nasce, se uma nova corrente de idéias se difunde, ocorrem contemporaneamente fortes deslocações na classe dirigente. Pode-se até dizer que toda a história da humanidade civilizada se resume na luta entre a tendência que têm os

elementos dominadores para monopolizar estavelmente as forças políticas e para transmitir hereditariamente a sua posse aos filhos, e a tendência, que também existe, para a deslocação destas forças e a afirmação de novas forças, que produz um contínuo trabalho de endosmose e exosmose entre a classe alta e algumas frações das baixas. Decaem depois infalivelmente as classes políticas sempre que não podem exercer mais as qualidades pelas quais chegaram ao poder, ou quando não podem prestar mais o serviço social que prestavam, ou as suas qualidades e os serviços que prestam perdem toda a importância no ambiente social em que vivem; assim decaiu a aristocracia romana quando não forneceu mais exclusivamente altos oficiais ao exército, administradores à república, governadores às províncias; assim decaiu a de Veneza, quando os seus patrícios deixaram de comandar as galeras e de passar a maior parte da sua vida navegando, comerciando e combatendo.

Na natureza inorgânica encontramos o exemplo do ar, em que a tendência para a imobilidade, produzida pela força da inércia, é continuamente combatida pela tendência para a deslocação, conseqüência das desigualdades na distribuição do calor. As duas tendências, prevalecendo simultaneamente nas diversas partes do nosso planeta, produzem ora a calma, ora o vento e a tempestade. Sem querer encontrar alguma analogia substancial entre este exemplo e os fenômenos sociais, e citando-o apenas porque é cômodo como comparação formal, observamos que, nas sociedades humanas, prevalece ora a tendência que produz o fechamento, a imobilidade, a cristalização, por assim dizer, da classe política, ora a que tem por conseqüência a sua mais ou menos rápida renovação.

As sociedades do Oriente, que nós julgamos imóveis, na realidade não o foram sempre, porque de outro modo, tal como já referimos, não poderiam ter feito aqueles progressos de que nos deixaram irrecusáveis testemunhos. É muito mais exato dizer que as conhecemos quando estavam num período de cristalização das suas forças e classes políticas. O mesmo acontece naquelas sociedades, que comummente se chamam envelhecidas, em que as crenças religiosas, a cultura científica, os modos de produzir e distribuir a riqueza não sofreram desde há longos séculos qualquer radical mudança, e que não foram perturbadas no seu andamento ordinário por infiltrações materiais ou intelectuais de elementos estrangeiros. Nestas sociedades, sendo sempre as

mesmas forças políticas, a classe que as possui mantém indisputado o poder, que se perpetua por isso em certas famílias, e a inclinação para a imobilidade generaliza-se também em todos os estratos sociais.

É assim que vemos na Índia o regime das castas estabelecer-se mais rigorosamente depois que aí foi sufocado o budismo. Assim vemos também que no antigo Egito os Gregos encontraram as castas hereditárias, enquanto sabemos que nos períodos de esplendor e renovação da civilização egípcia a hereditariedade dos ofícios e das condições sociais não existia. Mas o exemplo mais conhecido e talvez mais importante de uma sociedade que tende para a cristalização temo-lo naquele período de História romana a que se chama baixo-império, em que, depois de alguns séculos de imobilidade social quase completa, vemos tornar-se cada vez mais nítida a separação entre as duas classes: uma de grandes proprietários e funcionários importantes, a outra de servos, de colonos, de plebe: e, coisa ainda mais notável, estabeleci da mais pelo costume que pela Lei, a hereditariedade dos ofícios e das condições sociais foi-se rapidamente generalizando naquela época.

Mas pode acontecer o contrário, e acontece por vezes na História das nações, que o comércio com gentes estranhas, a necessidade de emigrar, as descobertas, as guerras, criem nova pobreza e nova riqueza, difundam conhecimentos até então desconhecidos, produzam a infiltração de novas correntes morais, intelectuais e religiosas. Pode acontecer que, por lenta elaboração interna ou por falta destas infiltrações, ou por ambas as causas, surja uma ciência nova, ou voltem a honrar-se os resultados da antiga, que fora esquecida, e que as novas idéias e as novas crenças abanem os hábitos intelectuais sobre os quais se fundava a obediência das massas. A classe política pode também ser vencida e destruída, no todo ou em parte, por invasões estrangeiras e, quando se produzem as circunstâncias há pouco recordadas, pode também ser arrancada do lugar por novos estratos sociais fortes de novas forças políticas. É natural que exista então um período de renovação ou, se assim se quer defini-lo, de revolução, durante o qual as energias individuais têm papel importante, e alguns dos indivíduos mais apaixonados, mais ativos, mais destros, e mais ousados possam abrir caminho desde o mais baixo da escala social até aos graus mais elevados.

Este movimento, uma vez iniciado, não se pode segurar todo de repente; o

exemplo de contemporâneos que, partidos do nada chegaram a posições conspícuas, estimula novas ambições, novas cobiças, novas energias, e a renovação molecular da classe política mantém-se ativa até que um longo período de estabilidade social o não vá de novo diminuindo. Então, à medida que uma sociedade vai passando do estado febril para o de calma, tal como as tendências psicológicas do homem são sempre as mesmas, os que fazem parte da classe política vão adquirindo o espírito de corpo e de exclusividade e aprendem a arte de monopolizar em vantagem própria as qualidades e as aptidões necessárias para chegar ao poder e mantê-lo: por fim, com o tempo, forma-se a força conservadora por excelência, a do hábito, pela qual muitos se resignam a estar em baixo, e os membros de certas famílias ou classes privilegiadas adquirem a convicção de que, para eles, é quase um direito absoluto estar em cima e comandar.

A um filantropo viria certamente a vontade de indagar se a humanidade é mais feliz ou menos atribulada quando se encontra num período de calma e cristalização social, em que cada um deve fatalmente permanecer naquele grau da hierarquia social em que nasceu, ou quando atravessa o período exatamente oposto de renovação e revolução, que permite a todos aspirar aos graus mais elevados e a qualquer um chegar lá. Semelhante pesquisa seria difícil, e deveriam ter-se em conta na resposta muitas condições e exceções, e talvez ela fosse sempre influenciada pelo gosto individual do observador. Por isso evitaremos dá-la; mesmo se pudéssemos obter um resultado indiscutível e seguro, ele seria sempre de escassíssima utilidade prática, atendendo a que aquilo que os filósofos e teólogos chamam o livre arbítrio, isto é, a opção espontânea dos indivíduos, teve até agora, e terá talvez sempre, pouquíssima ou quase nenhuma influência no apressar o fim ou o princípio de um dos períodos históricos aludidos.

Extraído de: CRUZ, M. Braga da. 2004. *Teorias sociológicas – os fundadores e os clássicos (antologia de textos) I Volume*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 4ª ed. p. 405-419.